

*[Handwritten signature in blue ink]*



## Relatório de Gestão

Ano de 2022

*[Handwritten signature]*

## Índice

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
III	AVALIAÇÃO GLOBAL DA OFERTA FORMATIVA	15
IV	ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA DO CPJ	20
V	ATIVIDADE FINANCEIRA INTERNA	28
VI	ATIVIDADE RECURSOS HUMANOS	31
VII	ÓRGÃOS SOCIAIS	38
VIII	ESTRUTURA DOS SERVIÇOS	40
IX	PESSOAL E ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2022	40
X	CONTABILIDADE DE GESTÃO	42
XI	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	43

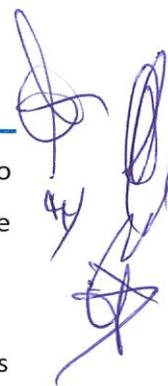


## I – NOTA INTRODUTÓRIA

### Breve Caracterização do Centro Protocolar da Justiça

O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, abreviadamente Centro Protocolar da Justiça (CPJ), foi criado nos termos da Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, por homologação do protocolo celebrado entre os então Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Justiça, envolvendo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP), e vários serviços atualmente com novas configurações orgânicas e dependências tutelares, ou entretanto extintos, nomeadamente a Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o Gabinete de Planeamento e Combate à Droga e o Instituto de Reinserção Social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, operou-se a fusão das duas Direções-Gerais subsistentes na representação do Ministério da Justiça, criando-se a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que é atualmente o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar. A atividade do CPJ abrange o território nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

1. O CPJ é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, em que, nos termos do artigo 21.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, as dotações orçamentais de funcionamento são suportadas pelo orçamento do IEFP, IP, até 85%, e a parte restante pelos orçamentos dos serviços do Ministério da Justiça. As dotações orçamentais de capital são integralmente suportadas pelo orçamento do IEFP, IP.
2. A atividade é regulada, nos termos da Lei, pelo Orçamento e Plano de Atividades anuais, aprovados pelos Órgãos previstos na Estrutura Orgânica (Artigo 4.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto).
3. Os cursos e ações de formação profissional desenvolvem-se nos Estabelecimentos Prisionais (adiante designados EP) de Complexidade de Gestão Média (CGM) e Complexidade de Gestão Elevada (CGE) e nos Centros Educativos (adiante designados CE).
4. Através do Despacho n.º 1971/2017, de 08 de março da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), foi autorizado o funcionamento do



Centro Qualifica do CPJ (CQ do CPJ), na NUT III da Lezíria do Tejo, tendo posteriormente sido autorizado pela ANQEP, IP o seu funcionamento, em regime de itinerância, nos vários EP e CE disseminados pelo território nacional.

5. Os EP são estruturas físicas localizadas tanto em grandes centros urbanos, como em zonas rurais, em diversos regimes de reclusão, possuindo, genericamente, condições para o desenvolvimento de atividades de formação profissional.
6. Os CE encontram-se edificados em zonas rústicas ou urbanas, cujo enquadramento é em tudo semelhante ao descrito para os EP, cuja população ronda, em média, cerca de três dezenas de educandos, dispendo, genericamente, de estruturas físicas destinadas a atividades de formação profissional.
7. A maior parte dos equipamentos utilizados nas ações de formação profissional são propriedade do CPJ, tendo sido adquiridos com verbas do orçamento próprio, existindo, contudo, algumas salas de formação, quer nos EP, quer nos CE, que foram apetrechadas pela DGRSP com recurso a fundos desta Direção-geral.
8. A sede do CPJ situa-se num edifício do Ministério da Justiça, onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva (CENP), em Benfica, e dispõe de um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre (NFA), situado numa propriedade rústica localizada na proximidade dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus, sendo também neste Núcleo a domiciliação do CQ do CPJ. Mais integra o Pólo no Norte do CPJ, que funciona em instalações também disponibilizadas pelo Ministério da Justiça, numa casa de função cedida pela Direção do EP de Paços de Ferreira, situada na zona limítrofe do respetivo EP.
9. Na sua estrutura permanente, o Centro Protocolar da Justiça, comporta 31 trabalhadores, aos quais se aplica o regime do Contrato Individual de Trabalho estabelecido no Código de Trabalho em vigor e na sua regulamentação, contudo, ao longo do ano de 2022 estiveram ao serviço somente 30 trabalhadores. Em 31-12-2022, o quadro de pessoal do CPJ era constituído por 28 trabalhadores, decorrente da saída do quadro de pessoal de duas trabalhadoras, a Diretora e a chefe da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico.

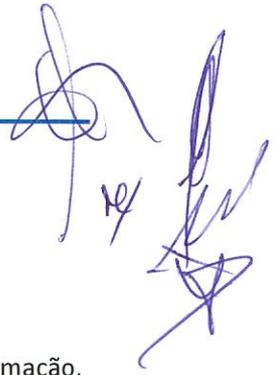


10. Para o desenvolvimento das ações de formação, o CPJ contrata prestadores de serviços, com perfil e competências adequadas às características de cada ação de formação, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro).
11. Este Centro Protocolar não dispõe de pessoal técnico ou administrativo nos EP nem nos CE, recorrendo, para coadjuvação da sua atividade, às respetivas equipas técnicas daquelas estruturas da DGRSP.
12. O CPJ desenvolve a sua atividade nos EP e CE disseminados por todo o território nacional, sendo que para assegurar um estreito acompanhamento da formação desenvolvida, os técnicos superiores afetos à Divisão de Qualificação (DQ) realizam visitas regulares aos mesmos, e asseguram uma permanente articulação com os técnicos dos EP e CE, bem como com toda a equipa formativa envolvida, nomeadamente os mediadores, os formadores e os professores.
13. O levantamento das necessidades de formação, é realizado em articulação com a DGRSP e as direções dos EP e dos CE, atendendo às expectativas de qualificações profissionais e escolares dos reclusos e jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. A seleção de itinerários de formação é realizada em consonância com as áreas de formação consideradas prioritárias por parte do IEFPP, IP e ANQEP, IP e de acordo com as condições físicas de cada local de formação.
14. O CPJ garante a divulgação das ações de formação junto da população reclusa mediante a afixação de cartazes e a realização de sessões de esclarecimento locais, sem prejuízo da difusão do seu Plano de Formação promovida pelos serviços centrais da DGRSP.
15. Relativamente à intervenção do CPJ nos CE, a formação profissional é garantida ininterruptamente mediante a realização de cursos de Educação Formação para os jovens ainda abrangidos pela escolaridade obrigatória, e independentemente da data de início do cumprimento da respetiva medida tutelar educativa.

16. A constituição dos grupos de formandos nos EP resulta dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do CQ do CPJ, tendo por base a análise da informação constante das fichas de inscrição e dos questionários aplicados em sessões coletivas, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro e da decisão final das direções dos respetivos EP onde decorrem as ações de formação.
17. Dada a obrigatoriedade dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa em CE, estarem enquadrados em atividades de educação e formação, todos os jovens são inscritos nas ações de formação promovidas pelo CPJ, única entidade promotora e formadora junto deste público-alvo.
18. As dotações financeiras oriundas do IEFP, IP e da DGRSP para a atividade realizada em 2022, encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Dotações financeiras disponíveis

Origem do Financiamento	Dotação (1)	Cativações (2)	Dotação disponível (3) = (1) - (2)	Receita arrecadada (4)	% Execução (4) / (3)
<b>Transferências de Capital</b>					
IEFP, IP (Plafond)	185 000,00 €	4 470,00 €	180 530,00 €	180 530,00 €	100,00%
IEFP, IP (PRR)	847 408,00 €	0,00 €	847 408,00 €	0,00 €	0,00%
<b>Funcionamento</b>					
IEFP, IP	3 208 541,00 €	0,00 €	3 208 541,00 €	2 943 541,00 €	91,74%
DGRSP	526 507,00 €	0,00 €	526 507,00 €	375 237,00 €	71,27%
<b>Outras</b>					
Reposições não abatidas aos pagamentos	442,00 €	0,00 €	442,00 €	441,77 €	99,95%
<b>Total</b>	<b>4 767 898,00 €</b>	<b>4 470,00 €</b>	<b>4 763 428,00 €</b>	<b>3 499 749,77 €</b>	<b>73,47%</b>



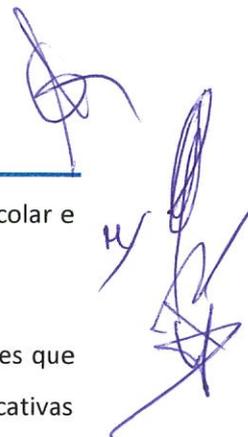
## II – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Execução do Plano de Formação

19. O CPJ no ano de 2022 cumpriu a atividade proposta no seu Plano de Formação, nomeadamente:

- Foram organizados, implementados e executados de acordo com o orçamento disponível, cursos de dupla certificação (certificação escolar e profissional) em colaboração com as escolas associadas aos EP e CE e Formações Modulares Certificadas (FMC).
- Prosseguiu-se a estratégia de reforço das parcerias com o Ministério da Educação, sendo a componente de formação de base dos cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvida por professores cedidos pelas escolas associadas aos EP e aos CE, em articulação com a componente tecnológica e sob a mediação do CPJ, bem como a afetação de professores a ações de formação profissional promovidas pelo CPJ noutras tipologias (ex.: FMC);
- Procedeu-se à utilização dos recursos e potencialidades existentes e disponíveis nos diversos EP e CE, numa estratégia de ação e gestão eficientes;
- Utilizaram-se recursos pedagógicos diversificados, devidamente adaptados às características da formação e do público-alvo;
- Manteve-se o Protocolo com o Ministério da Agricultura, que faculta ao CPJ a possibilidade de ministrar formação profissional na aplicação de Fitofármacos, obrigatória nos termos da lei em vigor nas áreas da Agricultura e Jardinagem;
- Manteve-se o reforço da bolsa de formadores certificados, técnica e pedagogicamente competentes, com perfil e requisitos exigidos e considerados adequados às características da população alvo, com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia do processo formativo para a reintegração efetiva dos formandos.

20. A população abrangida pela atividade formativa continua a caracterizar-se genericamente pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e deficientes competências pessoais, sociais e profissionais. Assim, considerou-se imperativo continuar a fomentar a execução de cursos EFA, de forma

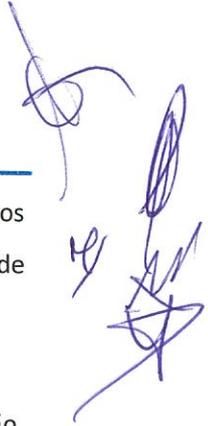


a garantir aos candidatos a possibilidade de adquirirem uma dupla certificação (escolar e profissional).

21. De modo a abranger o maior número possível de indivíduos, nomeadamente aqueles que devido às limitações decorrentes das durações das penas e medidas tutelares educativas não reúnem condições para a certificação total de um Itinerário de Qualificação, o CPJ mantém a aposta na promoção de FMC (Formação Modular Certificada) com vista à capitalização de competências, procurando garantir a conclusão de percursos formativos e aquisição ou reforço de competências técnico-profissionais consentâneas com as exigências do mercado de trabalho.
22. A programação e a calendarização das ações realizadas foram definidas pelo CPJ em conjunto com os serviços competentes da DGRSP.

### **Ações de Formação Profissional**

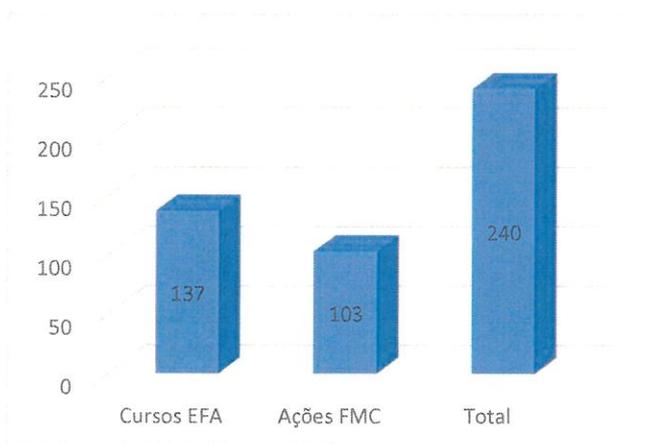
23. No ano de 2022 face as alterações legislativas no âmbito da regulação da formação profissional nomeadamente dos Cursos EFA- Educação Formação de Adultos (Portaria nº 86/2022 de 4 e3 fevereiro), e da necessidades formação solicitadas pela Estabelecimentos Prisionais e centros educativos, levou à necessidade de solicitar um reforço orçamental logo em fevereiro, que só veio a acontecer no quarto trimestre do ano, devido ao atraso da aprovação do Orçamento Geral do Estado que apenas entrou em vigor no final do primeiro semestre do ano.
24. A análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2022 é demonstrativa do impacto que as restrições orçamentais descritas no ponto anterior tiveram no desenvolvimento da formação promovida pelo CPJ, conforme podemos verificar na análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2022, tendo em conta que fomos forçados a adiar formação que acabou por não se realizar por já não existir tempo útil para a sua execução. No entanto foram atingidos resultados satisfatórios, para a execução de um Plano de Formação ambicioso como era o de 2022.
25. No global e com o cenário que tivemos, pode dizer-se que os resultados obtidos são positivos, uma vez que, apesar dos constrangimentos, o CPJ conseguiu manter a



possibilidade de jovens internados em Centros Educativos e reclusos em Estabelecimentos Prisionais continuarem com a sua valorização socioprofissional através da aquisição de competências escolares, técnicas e sociais.

26. Ao longo do ano de 2022, o CPJ assegurou 137 ações de cursos EFA de dupla certificação, (99 em EP e 38 em CE), 103 ações de FMC (83 em EP e 20 em CE). Foram abrangidos 2 674 formandos, num total de 240 ações de formação com a duração de 73 588 horas de formação e 532 848 horas de volume de formação.

Gráfico 1 – Execução do Plano de Formação (ações)



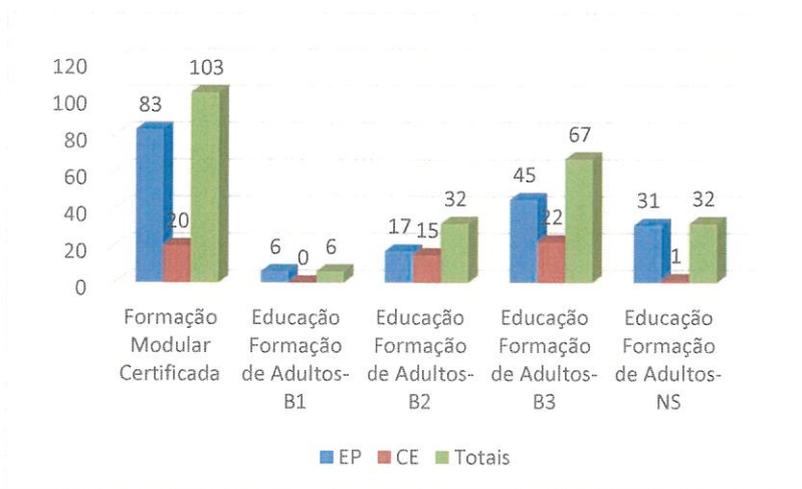
27. O quadro seguinte ilustra a distribuição das ações de acordo com a tipologia e nível dos cursos:

Quadro 2 – Distribuição das ações por Tipologia

TIPOLOGIAS	EP	CE	Totais
Formação Modular Certificada	83	20	103
Educação Formação de Adultos- B1	6	0	6
Educação Formação de Adultos- B2	17	15	32
Educação Formação de Adultos- B3	45	22	67
Educação Formação de Adultos- NS	31	1	32
<b>TOTAL</b>	<b>182</b>	<b>58</b>	<b>240</b>



Gráfico 2 – Distribuição das ações por Tipologia

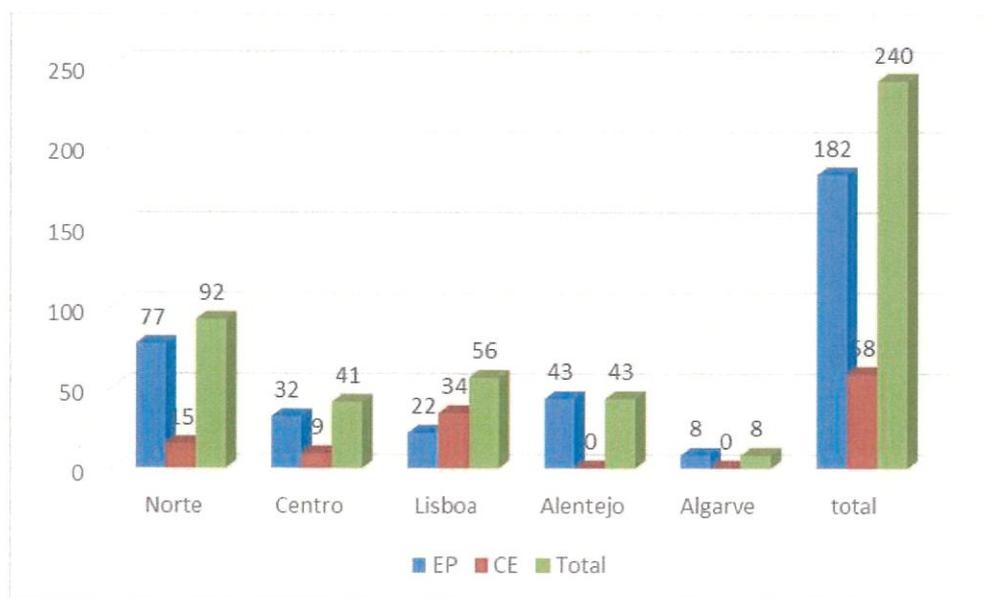


28. As referidas 240 ações apresentaram a seguinte distribuição geográfica:

Quadro 3 – Distribuição de ações por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	total	%
EP	77	32	22	43	8	182	76%
CE	15	9	34	0	0	58	24%
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>41</b>	<b>56</b>	<b>43</b>	<b>8</b>	<b>240</b>	<b>100%</b>

Gráfico 3 – Execução do Plano de Formação por região



29. No Plano de Formação, foi abrangida uma grande diversidade de Áreas e Itinerários de formação, em diversas tipologias:

Quadro 4 – Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação

Área Profissional	Itinerários de formação
000 – Formação de Base	Formação de Base
	Formação em Competências Básicas
090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para (Re)Integrar
	Gestão da Carreira e Empreendedorismo
	Literacia Financeira
	Relacionamento Comercial e Vendas
	TIC – Emprego
213 – Audiovisuais e produção dos media	Técnico/a Multimédia
215 – Artesanato	Calceteiro/a
	Pintura e Arte
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a
	Pedreiro/a
	Pintor/a da Construção Civil
	Construção Civil
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Serviços Rápidos
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel
	Pintor/a de Veículos
815 – Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora
	Assistente de Cuidados de Beleza
	Assistente de Cabeleireiro
813 – Desporto	Técnico/a de Desporto
522 – Eletricidade e energia	Eletricista de Instalações
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos
	Eletromecânico/a de refrigeração e climatização
	Técnico/a de Instalações Elétricas
	Téc. Instalador/a Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
481 – Ciências Informáticas	Instalação e Gestão de Redes Informáticas
	Operador/a de Informática
	Programador/a de Informática
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
	Empregado/a de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a



542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos
543 – Materiais	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil
	Técnico de Soldadura
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural
	Técnico/a de informação e animação e turística
999 – Empreendedorismo	Gestão de Carreira e Empreendedorismo

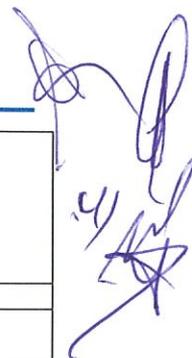
30. Como é patente no quadro anterior, existiu a preocupação de diversificar a oferta formativa, tendo em conta as prioridades formativas nacionais e as condições dos polos de formação designadamente, espaços físicos e equipamento disponível, bem como o levantamento de necessidades realizado pela DGRSP em articulação com o CPJ. É de realçar a diversidade de áreas de formação e o investimento em saídas profissionais de maior exigência tecnológica e com mais elevada taxa de empregabilidade.

31. Dos **109** cursos transitados de anos anteriores, **76** terminaram durante o ano de 2022 e **33** transitaram para os anos seguintes. Em 2022 iniciaram-se **131** cursos, **62** cursos EFA, e **69** ações de FMC.

32. Para a realização da formação nos vários EP e CE, o CPJ no ano de 2022 contou com a colaboração das respetivas escolas associadas nos locais abaixo identificados:

Quadro 5 – Escolas associadas que colaboram com o CPJ

Zona	EP/CE	Locais onde existiu a colaboração das escolas associadas
Norte	EP Izeda	Colaboração da Escola Secundária Abade Baçal através da colocação de formadores
	EP Porto	Colaboração da Escola Secundária João Gonçalves Zarco através da colocação de formadores
	EP Paços de Ferreira	Colaboração da Escola Secundária de Paços de Ferreira através da colocação de formadores
	EP Santa Cruz do Bispo	Colaboração do Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira através da colocação de formadores
	EP Vale do Sousa	Colaboração da Escola Secundária de Paços de Ferreira através da colocação de formadores
	CE Santa Clara	Colaboração da EB 2.3 da Escola Júlio Saúl Dias através da colocação de formadores
	CE Santo António	Colaboração do Agrupamento de Escolas Carolina Michäelis (Escola 2.3. Irene Lisboa) através da colocação dos formadores
Centro	EP Coimbra	Colaboração do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro através da colocação dos formadores
	EP Guarda	Colaboração do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque através da colocação dos formadores
	EP Guarda (Extensão Mondego)	Colaboração do Agrupamento de Escolas da Sé através da colocação dos formadores
	EP Leiria (Jovens)	Colaboração da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo através da colocação dos formadores



	CE Olivais	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Martim de Freitas através da colocação dos formadores
Lx e Vale do Tejo	CE Bela Vista	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente através da colocação dos formadores
	CE Navarro Paiva	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Benfica através da colocação dos formadores
	CE Padre António Oliveira	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de São Bruno através da colocação de formadores
	EP Tires	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo através da colocação de formadores
	EP Linhó	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alcabideche através da colocação de formadores
		Colaboração com o Agrupamento de Escolas de IBN Mucana através da colocação de formadores
	EP Sintra	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha através da colocação de formadores
EP Carregueira	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de IBN Mucana através da colocação de formadores	
Alentejo	EP Alcoentre	Colaboração com Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira através da colocação de formadores
		Colaboração com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva através da colocação de formadores
	EP Vale de Judeus	Colaboração com Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira através da colocação dos formadores para a Formação de Base
		Colaboração com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva através da colocação dos formadores
EP Elvas	Colaboração com o Agrupamento de Escolas N.º 3 através da colocação dos formadores	

33. Durante 2022, dos **2 674** formandos que frequentaram as ações de formação, **2 635** foram do género masculino (2 262 em EP e 373 em CE) e **39** do género feminino (27 em EP e 12 em CE).

Quadro 6 – Distribuição de formandos por género (M-masculino vs F-feminino)

	Formandos				Total
	M	%	F	%	
EP	2 262	98,82%	27	1,18%	2 289
CE	373	96,88%	12	3,12%	385
<b>Total</b>	<b>2 635</b>	<b>98,54%</b>	<b>39</b>	<b>1,46%</b>	<b>2 674</b>

34. A distribuição geográfica dos formandos que frequentaram as ações foi a seguinte:

Quadro 7 – Distribuição de formandos por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	total	%
EP	982	399	282	532	94	2 289	85,60%
CE	97	56	232	0	0	385	14,40%
<b>Total</b>	<b>1 079</b>	<b>455</b>	<b>514</b>	<b>532</b>	<b>94</b>	<b>2 674</b>	<b>100,00%</b>
<b>%</b>	<b>40,35%</b>	<b>17,02%</b>	<b>19,22%</b>	<b>19,90%</b>	<b>3,52%</b>	<b>100,00%</b>	

35. Em 2022, das **73 588** horas de formação ministradas, **51 063** horas (69%) dizem respeito a formação ocorrida em EP, **22 525** horas (31%) em formação ocorrida nos CE, registando-se

uma maior predominância nas regiões Norte e Centro e Lisboa de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 8 – Distribuição das horas de formação

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	total	%
EP	24 322	10 373	4 692	11 102	575	51 063	69,39%
CE	4 935	4 662	12 928	0	0	22 525	30,61%
<b>Total</b>	29 257	15 035	17 620	11 102	575	73 588	100,00%
<b>%</b>	<b>39,76%</b>	<b>20,43%</b>	<b>23,94%</b>	<b>15,09%</b>	<b>0,78%</b>	<b>100,00%</b>	

36. Durante o ano de 2022 foram elaborados pelos técnicos da Divisão de Qualificação relatórios de acompanhamento de ações de formação referentes a visitas aos polos formativos com diferentes objetivos, nomeadamente, de abertura, acompanhamento e de encerramento de cursos.



### III – AVALIAÇÃO GLOBAL DA OFERTA FORMATIVA

37. Depois da análise dos resultados dos quadros anexos verifica-se uma execução abaixo das metas previstas no indicador de volume de formação. No entanto foram superados os objetivos de ações de formação executadas e horas ministradas, tendo ainda sido atingido o objetivo de número de formandos abrangidos. Pode dizer-se que apesar de todos os constrangimentos, conseguiu-se desenvolver o plano de formação programado.
38. Numa análise global podemos concluir que os objetivos definidos no plano de formação foram atingidos ou superados tendo em conta as metas inicialmente propostas (vide Quadro 09). Como é de conhecimento, o desenvolvimento da atividade do CPJ sofreu perturbações com os constrangimentos provocados pela entrada em vigor do Orçamento Geral do Estado, o que impediu o CPJ de inicial formação programada para o primeiro semestre do ano provocando uma queda de execução no volume de formação em função da meta inicialmente programada.
39. Ainda assim, tendo em conta o esforço conjunto do CPJ e de todos os demais intervenientes nomeadamente os nossos formadores, os docentes das escolas parceiras bem como a DGRSP e respetivos Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, o volume de formação de 2022, em valores absolutos, comparado com o do ano transato, traduz-se num aumento próximo de 6 %.
40. Para além das referências anteriores, existiram outros fatores que contribuíram para a execução abaixo da meta prevista do volume de formação, nomeadamente o aumento das taxas de absentismo e desistência de formandos, maioritariamente por motivos inerentes à condição de reclusão, não só devido à saída em liberdade, transferência de local, razões disciplinares, entre outras, mas também pelo facto da população reclusa apresentar características cada vez mais difíceis de trabalhar (ex.: instabilidade, desmotivação).
41. Importa também referir que sendo a bolsa um forte atrativo para a frequência de formação em contexto prisional, o aumento de ofertas de outras atividades, quer sejam de realização de tarefas para o Estabelecimento Prisional ou para empresas que disponibilizam ofertas no interior dos mesmos e que apresentam uma maior rentabilidade financeira para o recluso, leva a que muitos optem por esta escolha, originando não só a dificuldade na constituição de grupos, como também desistências nas ações em funcionamento, o que levou o CPJ



atualizou a bolsa de formação para formandos em Estabelecimento Prisional de cinquenta cêntimos para um euro e em Centro Educativo de vinte cinco cêntimos para cinquenta cêntimos .

42. Não obstante estes constrangimentos, o CPJ manteve em 2022 a sua importante missão de oferecer aos reclusos e aos jovens sob a tutela da DGRSP a possibilidade de investirem na formação (profissional, escolar e pessoal) e no seu futuro, procurando contribuir para a sua melhor integração aquando do retorno à comunidade e na prevenção da reincidência na prática de crimes.
43. A diversificação da oferta formativa do CPJ, repartida por 48 itinerários de formação diferentes (vide Quadro 4), procurou compatibilizar as características e origem da população alvo com as áreas consideradas prioritárias pelo IEFP, IP e ANQEP, IP em termos de empregabilidade, na sua vertente oferta/dinâmica do mercado de emprego.
44. O controlo e a avaliação efetuados durante e no final das ações de formação, com recurso a vários métodos (observação participante, aplicação de testes, inquéritos por questionário e provas de avaliação final) permitiram verificar a qualidade da formação desenvolvida.
45. O objetivo principal do CPJ em 2022, tal como em anos anteriores, foi o de proporcionar à sua população-alvo o máximo de competências através do incremento do nível de escolaridade, a par do domínio das técnicas profissionais exigidas pelo mercado de trabalho. Acredita-se que só a formação profissional de qualidade é eficaz, permitindo a real capacitação do público-alvo que servimos, constituindo-se por isso, num veículo primordial para a plena (re)integração social dos formandos, que terão por esta via efetivamente, maior facilidade na obtenção de emprego.
46. Apresentam-se de seguida os quadros resumo da atividade do CPJ, no respeitante à execução física e financeira, esta numa ótica da despesa realizada, e em comparação com dados de exercícios anteriores:



**Quadro 9 – Mapa resumo de execução física**

	2020 (31/12/2020)			2021 (31/12/2021)			2022 (31/12/2022)		
	TOTAL			TOTAL			TOTAL		
	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)
<b>Cursos EFA</b>	107	100	93,46%	101	116	114,85%	94	137	145,74%
<b>Ações FMC</b>	76	62	81,58%	103	96	93,20%	39	103	264,10%
<b>Subtotal</b>	183	162	88,52%	204	212	103,92%	133	240	180,45%
<b>N.º de formandos EFA</b>	1 207	1 151	95,36%	1 114	1 272	114,18%	1 033	1 451	140,46%
<b>N.º de formandos FMC</b>	1 041	801	76,95%	1 400	1 144	81,71%	446	1 223	274,22%
<b>Subtotal</b>	2 248	1 952	86,83%	2 514	2 416	96,10%	1 479	2 674	180,80%
<b>N.º de horas EFA</b>	52 550	48 675	92,63%	54 958	62 765	114,20%	57 953	63 525	109,61%
<b>N.º de horas FMC</b>	10 910	7 878	72,21%	12 958	10 387	80,16%	12 172	10 063	82,67%
<b>Subtotal</b>	63 460	56 553	89,12%	67 916	73 152	107,71%	70 125	73 588	104,94%
<b>Volume de Formação EFA</b>	413 978	346 339	83,66%	577 596	406 367	70,35%	590 227	447 582	75,83%
<b>Volume de Formação FMC</b>	131 508	75 254	57,22%	90 527	93 229	102,99%	189 810	85 267	44,92%
<b>Subtotal</b>	545 486	421 593	77,29%	668 123	499 597	74,78%	780 037	532 848	68,31%

**Quadro 10 – Execução volumétrica – volume executado vs volume previsto**

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Volume Previsto	545 486	668 123	780 037
Volume Real (executado)	421 593	499 597	532 848
% de execução	77,29%	74,78%	68,31%

**Quadro 11 – Execução orçamental – despesa total vs receita total**

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Receita Total	2 585 219,39 €	3 417 175,15 €	3 499 749,77 €
Despesa Total	2 580 051,91 €	3 412 276,33 €	3 444 079,85 €
% de execução orçamental	99,80%	99,86%	98,41%

**Quadro 12 – Execução financeira – despesas correntes totais**

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Despesas Correntes Totais	2 446 820,13 €	3 277 295,59 €	3 263 573,34 €
Despesa Hora Formação	42,51 €	44,80 €	44,35 €
Despesa Hora Formando	5,80 €	6,56 €	6,23 €

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**Quadro 13 - Execução financeira - despesas extra formação**

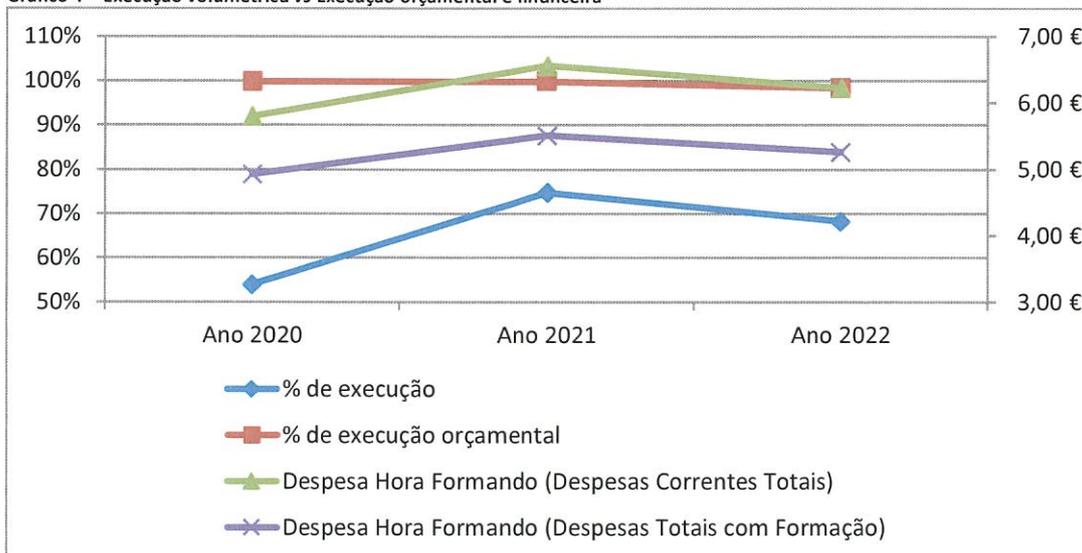
	Ano 2020	%	Ano 2021	%	Ano 2022	%
Despesas com Viaturas	21 155,70 €	5,77%	16 871,05 €	0,86%	22 410,73 €	4,42%
Despesas com Obras Externas	4 077,45 €	1,11%	22 365,21 €	0,04%	4 387,39 €	0,86%
Despesas com Obras Internas	18 032,02 €	4,92%	96 343,37 €	0,74%	25 518,83 €	5,03%
Centro. Qualifica	205 854,76 €	56,14%	261 762,34 €	8,41%	280 326,70 €	55,24%
Outras Despesas Não Elegíveis	117 571,55 €	32,06%	127 405,55 €	4,80%	174 867,63 €	34,46%
<b>Total</b>	<b>366 691,48 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>524 747,52 €</b>	<b>14,99%</b>	<b>507 511,28 €</b>	<b>100,00%</b>

**Quadro 14 - Execução financeira - despesas correntes totais com formação**

	Ano 2020	% *	Ano 2021	% *	Ano 2022	% *
Despesas correntes totais c/ Formação	2 080 128,65 €	85,01%	2 752 548,07 €	83,99%	2 756 062,06 €	84,45%
Despesa Hora Formação	36,14 €		37,63 €		37,45 €	
Despesa Hora Formando	4,93 €		5,51 €		5,26 €	

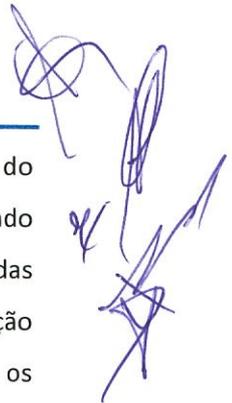
\* % face a Despesas Correntes Totais com formação

**Gráfico 4 – Execução volumétrica vs Execução orçamental e financeira**



47. Os elementos expressos no ponto anterior revelam que o volume de formação alcançado em 2022, de 532 848 (horas de formação x formandos), foi acima do realizado no ano de 2021 (499.597), representando uma variação percentual de +6%, pelo que este indicador revela um acréscimo da atividade formativa do Centro.

48. Contudo o volume executado (532 848), está muito aquém da meta estabelecida no Plano de Formação de 2022 para este indicador (780 037), tendo ficado por executar um volume de 247 189. Esta diferença tem subjacente um conjunto de fatores, sendo de destacar a em



2022 as restrições orçamentais decorrentes a aprovação tardia do Orçamento Geral do Estado e entrada execução apenas no final do primeiro semestre de 2022, não permitindo o arranque de formação programada para a primeira metade do ano, bem como as elevadas taxas de absentismo e de desistência da população-alvo do CPJ, sobretudo da população reclusa em estabelecimentos prisionais. Importa também destacar, neste contexto, os atrasos que se verificam no início das ações de formação programadas, consequentes de constrangimentos inerentes ao funcionamento das estruturas onde a mesma decorre, nomeadamente, estabelecimentos prisionais e centros educativos da DGRSP.

49. Não obstante o indicador de volume de formação estar aquém dos objetivos pretendidos, da análise dos dados de execução física registados no ano de 2022, é de realçar o valor registado nos indicadores referentes ao número de ações, formandos e horas de formação, que estão dentro das metas estabelecidas.
50. Conforme expresso no quadro 14, face a 2021 os indicadores de despesa hora formação e despesa hora formando, mantiveram-se praticamente nos mesmos níveis em 2022, com ligeiras alterações, não dignas de qualquer fundamento.
- Importa ressaltar que o CPJ prossegue uma política de gestão assente na máxima racionalização de recursos conducente à obtenção de melhores resultados.

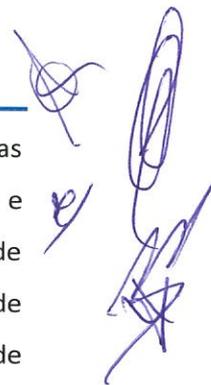


#### IV – ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA DO CPJ

51. O CQ do CPJ tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos à guarda da Direção Geral de Reinserção Social e da População Civil do Conselho de Azambuja.
52. O CQ do CPJ procede a um serviço de informação, orientação e encaminhamento com vista à obtenção de uma qualificação escolar e profissional ou de dupla certificação, assim como, à realização de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação.
53. Todo o trabalho desenvolvido é feito em estreita colaboração com a Divisão de Qualificação do CPJ, conseguindo-se, desta forma, rentabilizar todo um trabalho efetuado pelo CQ, não apenas no sentido de se conseguir que as ações promovidas pelo CPJ, possam ir de encontro, o mais possível, ao perfil e necessidades patenteadas pelos candidatos, mas também no sentido de ser aproveitado todo o trabalho administrativo efetuado no CQ que, posteriormente, não carece de duplicação quando encaminhado para esta Divisão.

#### Equipa

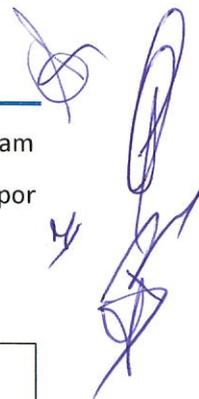
54. Durante o ano de 2022, a equipa do CQ foi constituída por uma estrutura central sedeadada no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA) e por duas extensões: Alentejo/Algarve, Norte.
55. A equipa nuclear foi constituída por seis Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC), dois contratados a tempo inteiro e os outros quatro a tempo parcial. Esta equipa foi responsável pela inscrição, orientação e encaminhamento para ofertas formativas (incluindo Processos RVCC, Cursos EFA, e outros) da população prisional dos estabelecimentos prisionais de Alcoentre e Vale de Judeus, Leiria, Caldas da Rainha, Torres Novas e Évora, dos jovens com medidas de internamento nos Centros Educativos afetos, e da população civil do concelho de Azambuja. O trabalho da equipa incluiu, ainda, o acompanhamento, sobretudo nas fases iniciais, dos adultos encaminhados para Processos RVCC, bem como a gestão de todo o trabalho administrativo inerente às etapas de orientação, encaminhamento e reconhecimento/validação de competências, incluindo a introdução de dados na plataforma SIGO e contactos com outras



Entidades/Instituições. A equipa nuclear, sempre que necessário, deu apoio às outras duas extensões. Adicionalmente, é esta equipa que faz todas as Comissões de Avaliação e Certificação, mobilizadas sempre que um adulto apresente um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, com vista à obtenção de uma qualificação, dando cumprimento ao exposto na Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro).

Outra função atribuída a esta equipa prende-se com a medida Acelerador Qualifica, esta tem como objetivo incentivar os adultos com percursos de qualificação incompletos ou com baixas qualificações, a concluírem ou progredirem nas suas qualificações escolares e profissionais. Os procedimentos prévios à atribuição deste apoio, traduziram-se numa sobrecarga de trabalho administrativo para a equipa nuclear do CQ.

56. As extensões do Alentejo/Algarve e Norte foram criadas com fundamento na distância geográfica da equipa e na elevada concentração de Estabelecimentos Prisionais (EP) e Centros Educativos (CE) nas três referidas zonas, tendo como objetivo uma atuação mais eficaz e célere por parte do CQ.
57. A extensão do Norte foi constituída por 3 TORVC contratados a tempo parcial dando resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais do Porto, Paços de Ferreira, Vale do Sousa, Bragança, Izeda, Braga, Guimarães, Viana Castelo e Coimbra e aos jovens do Centro Educativo de Santa Clara e Santo António.
58. A extensão do Alentejo e Algarve foram constituídas por três TORVC, externos, a tempo parcial, dando resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais de Setúbal, Pinheiro da Cruz, Elvas, Olhão e Faro.
59. Mais se acrescenta que, sempre que necessário, intervêm em processos de RVCC/Sessões de Júri, técnicos internos do CPJ (do quadro de pessoal do Centro).
60. Numa equipa extensa como a do CQ do CPJ, um dos aspetos fundamentais ao longo do ano de 2022, foi, mais que nunca a comunicação entre os seus vários elementos, intensificando as reuniões síncronas da equipa nuclear (sede), mas também com a equipa alargada (todas a extensões), as quais passaram ter uma periodicidade mais regular.



61. Foram, com o mesmo propósito, criados outros canais de comunicação, que permitiram manter uma comunicação fluida e sistemática entre os elementos da equipa, o que veio, por vezes, melhorar a coesão e espírito de missão do grupo.

Quadro 15 – Equipa TORVC

Nome	Função	Tempo de afetação
Carlos Salgado	Coordenador	85%
Liliana Amaral	Técnica de ORVC	100%
Ana Coelho	Técnica de ORVC	35%
Sandra Parente	Técnica de ORVC	40%
Mónica Nunes	Técnica de ORVC	40%
Catarina Guerra	Técnica de ORVC	100%
Cristiana Ferreira	Técnica de ORVC	100%
Ana Rotheres	Técnica de ORVC	13%
Olga Vaz	Técnica de ORVC	8%
Sandra Mela	Técnica de ORVC	20%
Sofia Pereira	Técnica de ORVC	13%
Susana Rosa	Técnica de ORVC	20%
Susana Rodrigues	Técnica de ORVC	15%
Ana Botas	Técnica de ORVC	5%
Ana Paula Cabedal	Técnica de ORVC	4%
Dulce Silva	Técnica de ORVC	7%
Rita Miguel	Técnica de ORVC	7%
Sónia Maximiano	Técnica de ORVC	13%

62. Para além da equipa técnica, foram contratados formadores para os Processos RVCC Escolar e RVCC PRO. Estes formadores são responsáveis, em articulação com os Técnicos ORVC, pelas várias fases do reconhecimento, validação e certificação de competências (escolares ou profissionais). As suas tarefas incluem a descodificação dos Referenciais, análise dos Portfólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA) ajudar os/as adultos/as na preparação para as provas de certificação, preparação de sessões de júris e inserção de alguns dados na plataforma SIGO. Os formadores do RVCC-PRO realizam ainda entrevistas técnicas e os formadores do RVCC Escolar, quando necessário, desenvolvem sessões de formação complementar. Ao longo do Projeto foi na gestão dos formadores contratados que se foram introduzindo alterações, concluindo-se que a estratégia inicial de contratação de formadores localmente, conduzia a uma equipa de grandes dimensões, mas com pouca

estabilidade e coesão, o que dificultava os processos de comunicação. Assim, optou-se por centralizar a equipa de formadores, trabalhando-se mais em itinerância.

Quadro 16 – Formadores

Nome	Função	Área de Competências-Chave	Tempo de Afetação
Ana Coelho	Formador RVCC Escolar	CLC/CE	50%
Anabela Azenha	Formador RVCC Escolar	CP/CE	6%
Teresa Fonseca	Formador RVCC Escolar	STC	16%
Sandra Parente	Formador RVCC Escolar	MV/STC	50%
Susana Rosa	Formador RVCC Escolar	CLC/CP/CE/LC/TIC	24%
Ana Veríssimo	Formador RVCC Escolar	CP/CE	2%
Carla Ganhão	Formador RVCC Escolar	CLC LE	10%
Rui Militão	Formador RVCC Escolar	CLC CE	4%
Mónica Nunes	Formador RVCC Escolar	STC/CP/CE	50%
Paulo Machado	Formador RVCC Escolar	TIC	2%
Ernesto Morgado	Formador RVCC Escolar	CP/CE	55%
Filipe Regueira	Formador RVCC PRO	RVCC PRO	10%
Joel Oliveira	Formador RVCC Escolar	CLC	7%
Paula Arraião	Formador RVCC Escolar	STC	7%

63. Por último destacamos a importância da formação frequentada pela equipa ao longo do ano de 2022, a qual foi fundamental para o reforço de competências indispensáveis às novas necessidades com que se foi deparando:

- "Orientação para percursos de qualificação: passaporte qualifica, encaminhamento e monitorização dos percursos", ANQEP;
- Plataforma PICCLE - para a educação e formação de adultos (ALV);
- "Aprendências - O que podemos aprender com a arte e os artistas, Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos;
- Transição Digital no Dossiê Técnico Pedagógico;
- Seminário Promover a Aprendizagem ao Longo da Vida em Contexto Prisional;
- E-Formador;
- Curso TORVC;
- VII Seminário de EFA – "Educação e Formação de Adultos, Transição Digital e Climática"



- VII Congresso Nacional da Formação Profissional “Gestão da Qualidade na Educação e Formação”;
- Competências-Chave na Educação e Formação de Adultos em Portugal: Experiências e novos referenciais;
- Seminário- "Formar o Trabalhador Pós-Covid - Desafios e Oportunidades" - CITEFORMA
- Formação online Capacitação para Implementação e Sustentabilidade de Redes de Qualidade - CECOIA
- WEBINAR - O Que Muda com a Nova Legislação – Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos
- Acelerador Qualifica -ANQEP
- Novo referencial de competências-chave de educação e formação de adultos – Nível Básico - ANQEP
- Conferencia Internacional “Educação de Adultos – Inclusiva e Sustentável “Centro Qualifica AE Anadia”

## Protocolos e Parcerias

64. O Centro Qualifica do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, tem como principal parceiro a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, cuja abrangência é de âmbito nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Com este parceiro são realizadas ações de informação e divulgação em todos os Estabelecimentos Prisionais, das quais resultam inscrições de Adultos com perfis bastante heterogéneos. Após a fase de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento, os mesmos são encaminhados para as ofertas disponíveis em cada EP de acordo com o seu perfil e motivações futuras. A maior parte da população prisional, devido à sua baixa qualificação escolar e profissional, apresenta perfil compatível com percursos EFA ou FMC, sendo uma percentagem mais reduzida aquela que é encaminhada para Processo de RVCC Escolar e/ou Profissional, ainda assim, do total de Adultos encaminhados para esta oferta, a maioria são reclusos.

65. O CQ do CPJ, no âmbito da articulação com outras entidades também é membro do Conselho Local de Ação Social de Azambuja e do Conselho Municipal de Educação de Azambuja.

Quadro 17 – Parcerias

Câmara Municipal de Azambuja
Câmara Municipal de Rio Maior
Bombeiros Voluntários de Alcoentre (BVA)
Bombeiros Voluntários da Castanheira do Ribatejo
Profiforma
Gabinae
Confederação de Agricultores de Almeirim
Escola D. Carlos I
Plano Nacional de Leitura
REGIBIO
Gestvelvet
Significado
2065 - ADL



### Itinerâncias

66. Neste ponto, importa salientar que a articulação com o nosso principal parceiro implica um trabalho realizado, quase na sua totalidade, em itinerância, o qual assume elevado impacto em toda a organização interna do CQ do CPJ. Estas itinerâncias são efetuadas, sobretudo em Estabelecimentos Prisionais e não têm data de fim, pois as mesmas fazem parte de um trabalho quotidiano do Centro Qualifica do CPJ.

### Áreas profissionais autorizadas para o Processo de RVCC de Certificação Profissional para o CQ do CPJ

67. As áreas profissionais passíveis de certificação pelo processo RVCC profissional do CQ do CPJ, após autorização da ANQEP, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Quadro 18 – Áreas Profissionais

Hotelaria e Restauração	Construção Civil e Engenharia Civil
Comércio	Eletricidade e Energia
Construção e Reparação de Veículos a Motor	Floricultura e Jardinagem
Materiais	Secretariado e Trabalho Administrativo
Produção Agrícola e Animal	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
Trabalho Social e Orientação	Metalurgia e Metalomecânica
Proteção de Bens e Pessoas	



## Comissões Técnicas

68. As Comissões Técnicas (CT) permitem que candidatos que apresentem um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de RVCC, possam obter uma qualificação. Ao longo de 2022 o número de CT realizadas sofreu um elevado incremento, tendo sido realizadas 86 certificações.

## Atividades desenvolvidas e planeadas

69. Para além do estabelecimento de contactos privilegiados com Escolas, Entidades Formadoras, Empresas e Instituições locais. Após a adaptação a uma nova realidade de confinamento e momentos de impossibilidade de realização de sessões presenciais, foi necessário recriar a metodologia de intervenção do CQ do CPJ, suscitando complexas mudanças no que respeita ao equipamento, salientando-se que o CPJ fez um investimento em equipamento informático que veio, em muito, contribuir para mudar o paradigma de intervenção junto da população reclusa.

70. Com o objetivo de captação de públicos com menor qualificação escolar e pelo facto do CQ do CPJ estar sediado numa zona rural, a disponibilização de ofertas relacionadas com a atividade agrícola, permitiu que muitos Adultos ligados a esta área, voltassem a receber formação e a interessarem-se pelo aumento das suas qualificações. Ao longo de 2022, foi possível encaminhar mais de 80 candidatos.

## Execução Física

71. No que se refere às metas contratualizadas para inscritos, uma vez mais, foi possível, não só atingir, como ultrapassar, em muito, o objetivo definido, conforme patenteado no **Quadro 19**.

72. A meta de encaminhados foi igualmente superada, salientando que, face às idiosincrasias do nosso público-alvo, nem sempre o encaminhamento efetuado se adequa totalmente ao perfil dos candidatos, uma vez que temos que ter em conta as ofertas disponibilizadas em cada Estabelecimento Prisional, no entanto, podemos salientar que cada vez mais, há um maior trabalho conjunto na definição do plano de formação da Entidade Promotora do CQ do CPJ, de forma a ser tido em conta o diagnóstico que vai sendo efetuado aos adultos que passam pela intervenção do Centro Qualifica.



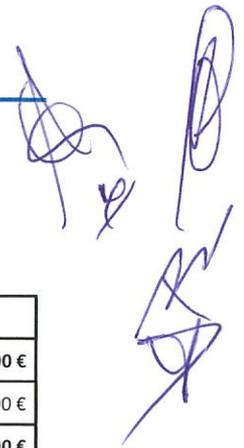
73. No que se refere ao encaminhamento para Processo de RVCC, sobretudo de nível profissional, os resultados, ainda ficam aquém dos objetivos contratualizados. Para justificar esta situação consideram-se relevantes os seguintes aspetos:

- A população prisional apresenta um nível muito baixo de competências profissionais, e dentro de um mesmo EP poder-se-á encontrar isoladamente um ou outro adulto com competências numa determinada área, o que levanta constrangimentos na gestão orçamental do Centro.
- Apesar da baixa escolaridade verificada na população reclusa, atualmente verifica-se que nestes casos, na sua maioria, são adultos sem quaisquer competências escolares, cujo perfil exige um encaminhamento para um percurso formativo que lhe confira as referidas competências.
- Ainda no contexto prisional, dada a situação de precariedade em que os adultos vivem, muitas vezes no processo de negociação do encaminhamento, este tende a recair sobre os percursos que permitem auferir alguma verba para adquirirem bens de primeira necessidade. Também nas situações de penas muito longas, não só o recluso, mas também o próprio EP, tende a dar preferência aos percursos que mantem ocupado o adulto durante um período mais longo de tempo.

74. No que se refere ao contributo para o aumento efetivo da qualificação dos adultos, podemos referir que os encaminhamentos efetuados pelo CQ do CPJ, traduzem-se num elevado número de certificações efetivas, salientando-se que na modalidade RVCC, o número de certificações obtidas continua a ser um resultado que pretendemos melhorar, sendo, no entanto, fundamental, salientar que ano após ano, os resultados têm vindo a sofrer um aumento.

Quadro 19 – Atividade do CQ 2022

Anos	Inscrições	Inscrições	Encaminhamentos	Encaminhamentos outras modalidades	Encaminhamentos RVCC	Total Certificações em RVCC	Total Certificações outras modalidades
2022	450	1200	1127	1001	126	62	1113



## V – ATIVIDADE FINANCEIRA INTERNA

75. A receita cobrada, líquida, foi de € 3.672.116,11

Quadro 20 – Receitas

	2020	2021	2022
<b>Total da Receita</b>	<b>392 554,00 €</b>	<b>3 618 918,00 €</b>	<b>4 940 265,00 €</b>
Cativos/Reserva (-)	1 764,00 €	0,00 €	4 470,00 €
<b>Receita Disponível</b>	<b>390 790,00 €</b>	<b>3 618 918,00 €</b>	<b>4 935 795,00 €</b>
<b>Receita Cobrada</b>	<b>2 756 230,89 €</b>	<b>3 588 871,47 €</b>	<b>3 672 116,11 €</b>
<b>DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA COBRADA</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
IEFP	2 126 520,00 €	2 833 495,82 €	2 943 541,00 €
DGRSP	325 175,00 €	447 938,00 €	375 237,00 €
<b>Subtotal (1)</b>	<b>2 451 695,00 €</b>	<b>3 281 433,82 €</b>	<b>3 318 778,00 €</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Reposições não abatidas aos pagamentos	288,39 €	42,33 €	441,77 €
Outras receitas de capital/Indeminizações	0,00 €	699,00 €	0,00 €
Transferências de Capital	133.236,00 €	135.000,00 €	180.530,00 €
<b>Subtotal (2)</b>	<b>133 524,39 €</b>	<b>135 741,33 €</b>	<b>180 971,77 €</b>
<b>Receita Cobrada - Líquida de SG (3) = (1) + (2)</b>	<b>2 585 219,39 €</b>	<b>3 417 175,15 €</b>	<b>3 499 749,77 €</b>
Saldo de Gerência anterior * (4)	171.011,50 €	171.696,32 €	172.366,34 €
<b>Total de receita do ano (3) + (4)</b>	<b>2 756 230,89 €</b>	<b>3 588 871,47 €</b>	<b>3 672 116,11 €</b>

\* Esta receita não teve subjacente qualquer fluxo financeiro visto se tratar da utilização de um saldo de disponibilidades acumulado de exercícios anteriores.

76. A despesa paga durante o ano, atingiu o valor global de € 3.444.079,85 assim discriminada por agrupamento económico:

Quadro 21 – Despesas totais por agrupamento económico

	2020	%	2021	%	2022	%
<b>Total da Despesa</b>	<b>2.580.051,91 €</b>		<b>3.412.276,33 €</b>		<b>3.444.079,85 €</b>	
Despesas Correntes (por Agrupamento Económico)	2.446.820,13 €	100%	3.277.295,59 €	100%	3.263.573,34 €	100,00%
01 - Despesas com o Pessoal	938.492,72 €	38,36%	1.011.823,54 €	38,36%	977.382,23 €	29,95%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	1.314.248,49 €	53,71%	2.022.806,91 €	53,71%	1.814.644,54 €	55,60%
04 - Transferências Correntes	193.932,94 €	7,93%	240.576,09 €	7,93%	471.148,51 €	14,44%
06 - Outras Despesas Correntes	145,98 €	0,01%	2.089,05 €	0,01%	398,06 €	0,01%
Despesas de Capital (por Agrupamento Económico)	133.231,78 €	100%	134.980,74 €	100%	180.506,51 €	100,00%
07 - Aquisição de Bens de Capital	133.231,78 €	100%	134.980,74 €	100%	180.506,51 €	100,00%
<b>Saldo de Gerência - IEFP</b>	<b>*4.482,66 €</b>		<b>*4,228,80 €</b>		<b>*49.378,27 €</b>	

\* No ano de 2020, 2021 e 2022 foram realizadas as transferências efetivas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. como nos anos anteriores em consonância com o plasmado nas respetivas Leis do Orçamento de Estado. Esta verba não foi inscrita no orçamento de despesa, tendo sido considerada uma operação extraorçamental por indicações recebidas da Direção Geral do Orçamento (DGO).

77. Foram realizadas despesas em obras de adaptação e/ou manutenção, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 22 – Obras realizadas

	Local	Despesa
<b>Obras Internas</b>	Sede-Repavimentação de gabinetes	4 116,81 €
	Sede-Manutenção e reparação das instalações	717,58 €
	NFA-Manutenção de Edifícios afetos à formação - MJIGPH	4 204,14 €
	NFA-Substituição de teto falso - Edifício I (Secção Eletricidade)	5 987,49 €
	NFA-Aplicação de Telheiro (Alfaias Agrícolas)	5 366,49 €
	NFA-Manutenção e Conservação das Instalações	5 126,32 €
	<b>Subtotal (1)</b>	<b>25 518,83 €</b>
<b>Obras Externas</b>	EP Vale de Judeus - Reparação quadro elétrico - Espaço formativo do CPJ	1 685,10 €
	EP Leiria (Jovens) - substituição quadro elétrico - Secção Eletricidade do CPJ	2 702,29 €
	<b>Subtotal (2)</b>	<b>4 387,39 €</b>
	<b>Total Geral [(1) +(2)]</b>	<b>29 906,22 €</b>

78. Foram realizadas despesas com as viaturas da frota do CPJ, conforme indicado no quadro seguinte:

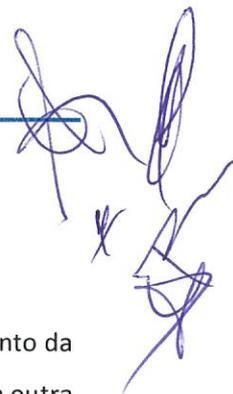
Quadro 23 – Despesas com Viaturas

Viaturas	Despesa
Citroen Berlingo 93-95-OL	1 146,01 €
Citroen Saxo 51-34-OP	62,67 €
Fiat Tipo Station 72-ZH-38	4 677,64 €
Opel Astra 51-33-EJ	633,12 €
Volkswagen Golf 20-93-GH	639,37 €
Nissan 56-30-BV	549,81 €
Ford Transit 71-38-AZ	246,51 €
Trator Deutz DX3500 E-69-62-AO	227,50 €
Trator Valmet 455 4RM-XB-83-96	88,15 €
Trator Fiat 91-28-HT	904,68 €
Trator Fendt 67-86-BQ	74,77 €
Trator Newholland 33-29-LN	134,28 €
Reboque E-8622	10,52 €

Reboque L-116159	10,52 €
Dacia Lodgy 39-OG-68	5 557,87 €
Dacia Logan 38-OG-66	890,50 €
Dacia Dokker 38-OG-17	2 328,01 €
<b>Total Geral</b>	<b>18 181,93 €</b>



79. Foram enviadas, à Direção de Serviços de Coordenação da Atividade Formativa do IEFP, IP, várias informações estatísticas e as alterações orçamentais realizadas para a execução do orçamento.
80. Foram ainda satisfeitos, em tempo oportuno, os pedidos de informação provenientes do IEFP, IP, da DGO, do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre outros.



## VI – ATIVIDADE RECURSOS HUMANOS

81. O CPJ teve ao seu serviço, durante o ano de 2022, um total de 30 trabalhadores.
82. No mês de abril, foi contratada uma técnica superior para a área do Aprovisionamento da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longa da Vida, que veio substituir uma outra técnica, com a mesma categoria, que havia denunciado o seu contrato de trabalho em novembro de 2021.
83. Em setembro de 2022, a Diretora do Centro foi convidada para assumir funções como Vogal do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., cargo para o qual foi designada no regime de substituição.
84. O último movimento de efetivos do ano de 2022 ocorreu a 6 de novembro, com o fim da comissão de serviços da Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, decorrente da sua nomeação para cargo em estrutura de projeto do IEFP, IP.
85. Considerando a natureza do vínculo, a distribuição dos referidos trabalhadores é a indicada no quadro seguinte:

Quadro 24 – Trabalhadores ao serviço

Descrição	2020	2021	2022
Contratos de Trabalho sem termo	27	28	26
Contratos Trabalho a Termo	2	0	0
Contratos em Comissão de Serviços	2	3	3
<b>Total de Pessoal ao Serviço (em 01-01)</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>29</b>
Passagem à condição de reformado (-)	0	-2	0
Cessações de contratos de trabalho sem termo (-)	-3	-1	0
Cessações de contratos de trabalho a termo (-)	-1	0	0
Integração de trabalhadores no quadro (+)	+4	+1	+1
Licenças sem vencimento (-)	-1	0	0
Cessações de contratos de comissões de serviços (-)	0	0	-2
Cedência Ocasional	0	0	0
<b>Total de Pessoal ao Serviço (em 31-12)</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>28</b>



86. Em 2022 apuraram-se 50.543,00 horas passíveis de trabalho efetivo e 385,10 horas de trabalho suplementar (menos 63 horas que em 2021). Àquele valor total retiram-se 5.955 horas, relacionadas com ausências por faltas de diversa tipologia, como baixas médicas, tolerâncias de ponto e férias.

Quadro 25 – Trabalho prestado

Anos	Horas de Trabalho	Trabalho Suplementar	Ausências Prolongadas
2020	49.761	396	2
2021	51.620	448	1
2022	44.973	385	1

87. No que concerne a ausências prolongadas, registou-se a de uma técnica superior, afeta à Divisão De Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico, ausente por motivo de doença, que ultrapassou os 30 dias, e que implicou a suspensão do vínculo contratual no ano.

88. Relativamente à sinistralidade laboral não se registaram quaisquer ocorrências em 2022.

89. No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 1.550 horas de formação (menos 158,5 horas que em 2021), 1.300 horas daquelas em regime de E-Learning. A despesa inerente à formação profissional interna ascendeu a € 22.774,88, correspondendo €3.735,10 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 19.039,78 a horas pagas e não trabalhadas, por frequência da formação.

90. Por categoria profissional, os técnicos superiores receberam 1.259 horas de formação e os assistentes técnicos 291 horas. Por Unidade Orgânica, os trabalhadores da Diretoria assistiram a 75 horas de formação, os da Divisão de Qualificação (DQ) a 352 horas, da Divisão de Gestão Financeira (DGF) assistiram a 350 horas de formação, da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico (DRHTJ) a 246 horas de formação e da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida (DGOLV) a 527 horas de formação, de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 26 – Formação Interna

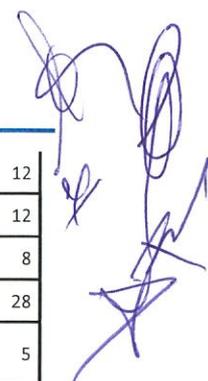
Categoria Profissional/ Serviço	Ação de Formação	Nº Horas
<b>DIRETORIA</b>		<b>75</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>26</b>
Ana Elisa Santos (Diretora)	Contratação Pública	12
Ana Elisa Santos (Diretora)	Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres	14
Ana Elisa Santos (Diretora)	O Princípio da participação e audição da criança no sistema judicial português	0
<b>Assistentes Técnicos</b>		<b>49</b>



Dina Marques	Comunicação Interpessoal e Assertividade	25
Dina Marques	Secretariado e Gestão Administrativa	24
<b>DIVISÃO DA QUALIFICAÇÃO</b>		<b>352</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>234</b>
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Contratação Pública	12
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	A Responsabilidade Financeira na Contratação Pública	7
Ana Soares	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Ana Soares	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Inicial (2.ª edição)	21
Cátia Araújo	Contratação Pública	12
Cátia Araújo	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Cátia Araújo	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Daniella Dias	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Daniella Dias	RGPD para Cidadãos Ativos	3
Daniella Dias	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Avançado (2.ª Edição)	28
Elisabete Gomes	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Elisabete Gomes	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Elisabete Gomes	Comunicação Interpessoal e Assertividade	25
Elisabete Gomes	Gestão do Tempo	20
Elisabete Gomes	RGPD para Implementadores na Administração Pública	4
Elisabete Gomes	RGPD para Cidadãos Ativos	3
Vânia Reis	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Vânia Reis	RGPD para Cidadãos Ativos	3
<b>Assistentes Técnicos</b>		<b>118</b>
Carla Silva	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Carla Silva	Comunicação Interpessoal e Assertividade	25
Carla Silva	Primeiros Socorros	25
Carla Silva	Organização do Trabalho	7
Pedro Salvado	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Pedro Salvado	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Pedro Salvado	Comunicação Interpessoal e Assertividade	25
<b>DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA</b>		<b>350</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>250</b>
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	Contratação Pública	12
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	Código da Contratação Pública	8
Catarina Oliveira	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Catarina Oliveira	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12



Catarina Oliveira	SNC-AP Cadastro dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	14
Catarina Oliveira	A Igualdade entre Homens e Mulheres e as nações unidas: Desafios para a Administração Pública	6
Helena Catroga	Contratação Pública	12
Helena Catroga	A Execução dos Contratos Administrativos em geral (DECCP)	20
Helena Catroga	Orçamentos com Perspetiva de Género	21
Leandro Marques	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Leandro Marques	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Avançado	28
Miriam Cardoso	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Miriam Cardoso	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Avançado	28
Miriam Cardoso	A Igualdade entre Homens e Mulheres e as nações unidas: Desafios para a Administração Pública	6
Ricardo Freitas	SNC-AP Cadastro dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	14
Ricardo Freitas	Processamento Texto - Nível Intermédio	21
<b>Assistentes Técnicos</b>		<b>100</b>
Alberto Pereira	Primeiros Socorros	25
Alberto Pereira	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Inicial	21
Alberto Pereira	Processamento Texto - Nível Intermédio	21
Paula Dias	Gestão do Stress, Síndrome de burnout e o alcance do bem-estar individual e institucional: (re) construindo um percurso gratificante	12
Paula Dias	Processamento Texto - Nível Avançado	21
<b>DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, APOIO TÉCNICO E JURÍDICO</b>		<b>246</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>246</b>
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	Contratação Pública	12
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres	14
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	Riscos Psicossociais e Stress no Trabalho	14
Cristina Marçal	Contratação Pública	12
Cristina Marçal	Primeiros Socorros	25
Cristina Marçal	Edição de Folhas de Cálculo - Nível Inicial (2.ª edição)	21
Cristina Marçal	Legística Formal Aplicada	10
Francisco Ramiro	Primeiros Socorros	25
Francisco Ramiro	Cibersegurança	14
Francisco Ramiro	Power BI - Elaboração de dashboards (nível 2 -avançado)	14
Susana Franco	Data Scientist - Transformar dados em conhecimentos (Fundamentos)	7
Vânia Padrão	Comunicação Interpessoal e Assertividade	25
Vânia Padrão	Primeiros Socorros	25
Vânia Padrão	A Norma NP EN ISO 19011:2019	16
<b>DIVISÃO DE GESTÃO OPERACIONAL E ORIENTAÇÃO AO LONGO DA VIDA</b>		<b>527</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>503</b>



Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Contratação Pública	12
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Código da Contratação Pública	8
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Contratação Pública	28
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Capacitação para Implementação e Sustentabilidade de Redes de Qualidade	5
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública	82
João Narciso	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
João Narciso	2853-Trator e Máquinas Agrícolas - Constituição, funcionamento, manutenção e regulação	50
João Narciso	2854-Código da estrada	25
João Narciso	2855 - Condução do trator com reboque e máquinas agrícolas	50
João Narciso	2858 - Processos e métodos de mobilização do solo	25
João Narciso	2859 - Processo e métodos de correção/fertilização do solo	25
João Narciso	6280 - Processos e métodos de sementeiras e plantação	25
João Narciso	6281 - Processos e métodos de proteção fitossanitária e de aplicação de produtos fitofarmacêuticos	50
Liliana Amaral	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Liliana Amaral	Capacitação para Implementação e Sustentabilidade de Redes de Qualidade	10
Rui Silva	Contratação Pública	12
Rui Silva	Contratação Pública	28
Tatiana Gaspar	Contratação Pública	12
Tatiana Gaspar	Gestão do Tempo	20
<b>Assistentes Técnicos</b>		<b>24</b>
Ana Maria Silva	HumanTrain - Software de Gestão de Formação	12
Filomena Rodrigues	Contratação Pública	12
<b>TOTAL GERAL .....</b>		<b>1550</b>

91. Os trabalhadores participaram ainda em workshops, webinars, conferências e congressos tendo a despesa ascendido a € 1.828,92, correspondendo € 175,00 a valores efetivamente gastos e € 1.653,92 a horas pagas e não trabalhadas, por aquela frequência.

92. Foram frequentadas um total de 112 horas em workshops, webinars, conferências e seminários e na participação em eventos e reuniões de trabalho das quais, 111 horas foram frequentadas pelos técnicos superiores e 1 hora pelos assistentes técnicos.

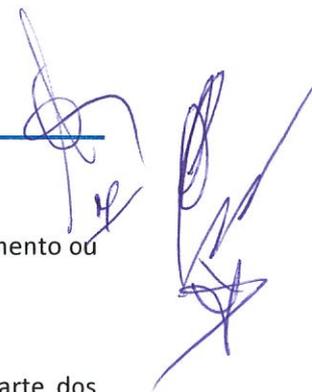
Por Unidade Orgânica, os trabalhadores da Diretoria assistiram a 10 horas, os da Divisão da Qualificação (DQ) a 32 horas, os da Divisão de Gestão Financeira (DGF) assistiram a 16 horas, os da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico (DRHTJ) a 22 horas e os trabalhadores da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida (DGOLV) assistiram a 32 horas, conforme consta do quadro seguinte:

Quadro 27 – Workshops, webinars e conferências

Categoria Profissional/ Serviço	Ação de Formação	Nº Horas
<b>DIRETORIA</b>		<b>10</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>9</b>
Ana Elisa Santos (Diretora)	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Ana Elisa Santos (Diretora)	Internacional Final Conference of the Active Games4Change Project	7
<b>Assistentes Técnicos</b>		<b>1</b>
Dina Isabel Almeida Marques	Inteligência Emocional	1
<b>DIVISÃO DA QUALIFICAÇÃO</b>		<b>32</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>32</b>
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Trabalhos em Espaços Confinados	1
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Implementação da metodologia 5S	1
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Pegada de Carbono	1
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Comportamento Térmico de Edifícios de habitação	1
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	As políticas de educação em contexto prisional em perspetiva: uma reflexão conjunta para políticas específicas	4
Paulo Simões (Chefe de Divisão)	Nova Era - " Formar o Trabalhador Pós-Covid - Desafios e Oportunidades	4
Ana Soares	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Cátia Araújo	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Cátia Araújo	Ciclo de Conferências Internacionais - Educação nas Prisões: Rumos e Desafios	9
Daniella Dias	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Daniella Dias	Inteligência Emocional	1
Elisabete Gomes	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Vânia Reis	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
<b>DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA</b>		<b>16</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>16</b>
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	Internacional Final Conference of the Active Games4Change Project	7
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	As políticas de educação em contexto prisional em perspetiva: uma reflexão conjunta para políticas específicas	4
Jorge Rosado (Chefe de Divisão)	Nova Era - " Formar o Trabalhador Pós-Covid - Desafios e Oportunidades	4
Helena Catroga	Canal de denúncia - Uma Obrigação e uma oportunidade	1
<b>DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, APOIO TÉCNICO E JURÍDICO</b>		<b>22</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>22</b>
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	Boas Práticas nos Procedimentos Concursais	2
Teresa Gomes (Chefe de Divisão)	Nova Era - " Formar o Trabalhador Pós-Covid - Desafios e Oportunidades	4
Cristina Marçal	Boas Práticas nos Procedimentos Concursais	2



Cristina Marçal	Implementação da metodologia 5S	1
Cristina Marçal	Lei dos denunciantes: As Respostas às suas perguntas	2
Cristina Marçal	Seminário Anual de Contratação Pública	7
Susana Franco	Boas Práticas nos Procedimentos Concursais	2
Susana Franco	Inteligência Emocional	1
Vânia Padrão	Trabalhos em Espaços Confinados	1
<b>DIVISÃO DE GESTÃO OPERACIONAL E ORIENTAÇÃO AO LONGO DA VIDA</b>		<b>32</b>
<b>Técnicos Superiores</b>		<b>32</b>
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Seminário Anual de Contratação Pública	7
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	Nova Era - " Formar o Trabalhador Pós-Covid - Desafios e Oportunidades	4
Carlos Salgado (Chefe de Divisão)	2nd face-to-face transnational project meeting (TPM) of the Vision Project	10
Liliana Amaral	O que muda com a nova legislação - Educação e Formação de Adultos	2
Tatiana Gaspar	Seminário Anual de Contratação Pública	7
<b>TOTAL GERAL .....</b>		<b>112</b>



## VII – ÓRGÃOS SOCIAIS

93. No decurso do ano de 2022, não se assinalaram quaisquer alterações ao funcionamento ou constituição dos órgãos sociais do CPJ.

Todavia, este ano fica assinalado pelo termo da vigência das nomeações de parte dos titulares dos cargos dos órgãos sociais, sem que hajam sido nomeados novos que os substituam, nas situações em que tal tipo de ato se impõe, designadamente dos vogais representantes do outorgante MJ/DGRSP no Conselho de Administração do CPJ, Dr. Rómulo Mateus e Dr. Francisco Navalho, cuja vigência das nomeações terminou a 23 de abril de 2022, tendo, contudo permanecido em funções – permanência com fundamento legal no n.º 3 do artigo 5.º do Protocolo, que determina que as nomeações dos titulares dos cargos dos representantes dos outorgantes no CA tem a duração de três anos, renováveis.

Contudo, ocorrido o termo do exercício dos respetivos cargos, como Diretor e Subdiretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em 31 de julho e em 31 de agosto de 2022, deixaram de deter legitimidade para representar o MJ/DGRSP naquele órgão – não obstante não terem ainda sido formalmente exonerados pelo Secretário de Estado do Trabalho -, ficando dessa forma inviabilizado o funcionamento regular do Conselho de Administração, que carece da presença de pelo menos um dos representantes de cada outorgante para reunir validamente.

Também as nomeações das representantes do MTSSS/IEFP, I.P., no Conselho de Administração, a Presidente, Dr.ª Ana Antunes e a vogal, Dr.ª Madalena Santos, atingiram os três anos de duração, em 29 de setembro de 2022, renovando-se, contudo, de acordo com a já referida estatuição do n.º 3 do artigo 5.º do Protocolo.

Por sua vez, a Diretora do Centro, Dr.ª Ana Elisa Santos, assumiu funções como Vogal do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., em regime de substituição, em 2 setembro de 2022. À semelhança dos vogais do outorgante MJ/DGRSP no Conselho de Administração, a Diretora do Centro não foi ainda exonerada.

Ainda no âmbito do Conselho Técnico-Pedagógico, as nomeações da Presidente, Dr.ª Susana Luís, pelo MTSSS/IEFP, I. P., e da vogal Dr.ª Regina Branco, pela MJ/DGRSP, renovaram-se por adicionais três anos, respetivamente, em 30 de setembro e 16 de janeiro de 2022, a coberto da previsão do n.º 2 do artigo 10.º do Protocolo.

Na Comissão de Fiscalização, o mandato da vogal, representante do outorgante MJ/DGRSP, Dr.ª Conceição Simão, renovou-se, igualmente em 16 de janeiro de 2022, por um período de três anos, com fundamento legal no n.º 2 do artigo 13.º do Protocolo.

A composição dos órgãos sociais consta dos quadros seguintes, bem como a enumeração das respetivas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 2022.

**Quadro 28 – Composição dos órgãos sociais**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CA**

Nome	Representação	Função
Ana Paula Gonçalves Antunes	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Maria Madalena Duarte Correia dos Santos	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Vogal
(aguarda nomeação)	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
(aguarda nomeação)	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal

Reuniões Realizadas	
Ordinárias	6
Extraordinárias	1

DIRETORA	
Ana Elisa da Silva da Costa Santos	Comissão de Serviço desde 05-03-2018, renovada em 05.03.2021. Designada em regime de substituição para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do IEFP, I. P., em 02.09.2022

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO – CF**

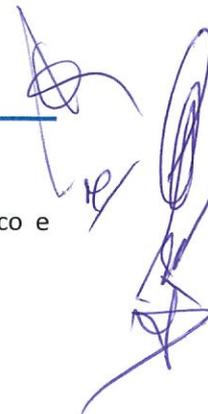
Nome	Representação	Função
Susana Pessoa Moreira dos Santos Pais	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal

Reuniões Realizadas	
Ordinárias	6
Extraordinárias	0

**CONSELHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO – CTP**

Nome	Representação	Função
Susana Clara Câmbedo Duarte Luís	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Regina Maria Borges Branco	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Ana Elisa da Silva da Costa Santos	Diretora do CPJ	Vogal

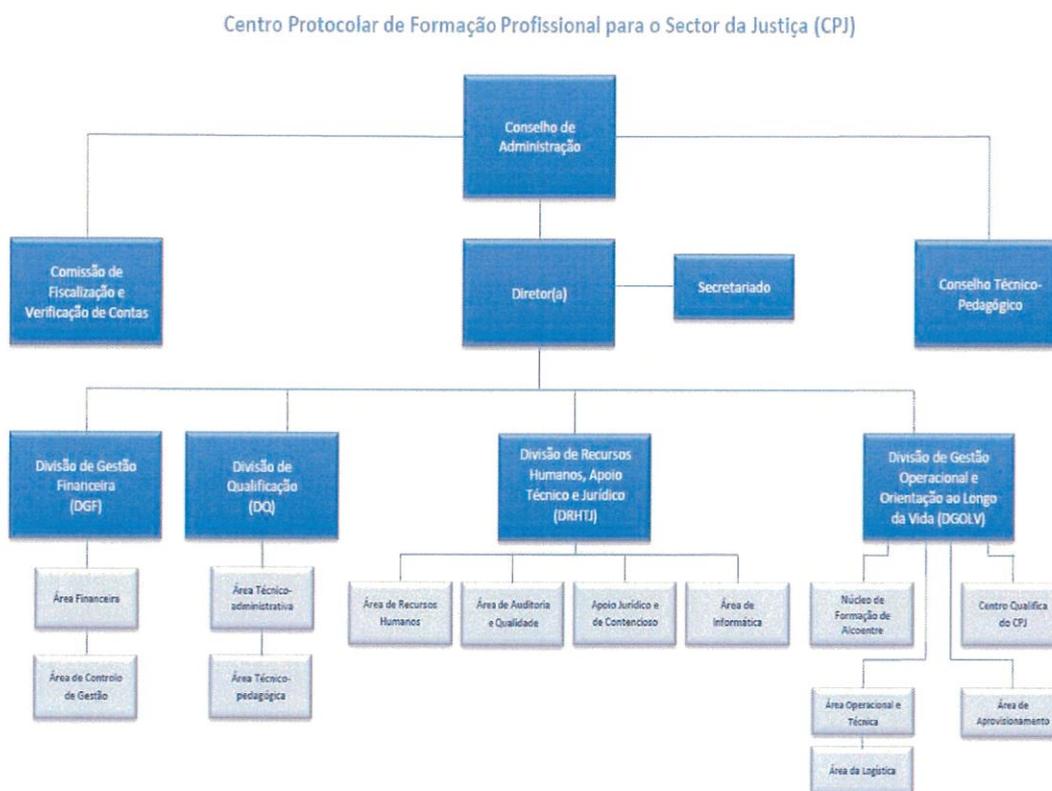
Reuniões Realizadas	
Ordinárias	0
Extraordinárias	0



## VIII – ESTRUTURA DOS SERVIÇOS

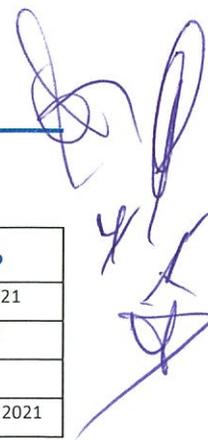
94. A estrutura orgânica do CPJ, resulta da quinta alteração do Regulamento Orgânico e encontra-se representada no seguinte organograma:

### ORGANOGRAMA



## IX – PESSOAL E ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2022

95. Em virtude da nomeação da Chefe de Divisão da DRHTJ para um cargo numa estrutura de projeto no IEFP, I. P., a estrutura dirigente do CPJ, em 31-12-2022, revela um défice ao nível dos seus efetivos. Acresce, no que ao concreto funcionamento da organização hierárquica diz respeito, que o cargo de Diretor é assegurado, em regime de suplência, ao abrigo do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Jorge Rosado. Assim, a 31-12-2022 a estrutura dirigente existente era a indicada no quadro seguinte:



**Quadro 29 – Dirigentes**

Cargo	Unidade	Nome	Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	DQ	Paulo de Carvalho Simões	Desde 01 de janeiro de 2021
Chefe de Divisão	DGF	Jorge Manuel Marques Rosado	Desde 02 de abril de 2020
Chefe de Divisão	DRHTJ	(vago)	
Chefe de Divisão	DGOLV	Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Desde 13 de setembro de 2021

96. Na mesma data, no mapa de pessoal do CPJ constavam 28 trabalhadores, conforme indicado no quadro seguinte:

**Quadro 30 – Quadro de Pessoal**

	Nome	Categoria Profissional	N.º
01	Ana Catarina Santos de Almeida Oliveira	Técnico Superior	012
02	Ana Cristina Soares Marçal	Técnico Superior	010
03	Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	Técnico Superior	047
04	Ana Maria Moura da Silva	Assistente Técnico	021
05	Carla Susana Guimaráes da Silva Bacalhau	Assistente Técnico	007
06	Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Chefe de Divisão	004
07	Cátia Teixeira de Araújo	Técnico Superior	022
08	Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Técnico Superior	055
09	Dina Isabel Almeida Marques	Assistente Técnico	031
10	Elisabete Alexandra Araújo Gomes	Técnico Superior	057
11	Filomena de Fátima Martins Rodrigues	Assistente Técnico	003
12	Helena Isabel Neves Catroga	Técnico Superior	032
13	João Carlos Franco Narciso	Técnico Superior	002
14	Jorge Manuel Marques Rosado	Chefe de Divisão	017
15	José Alberto de Freitas Pereira	Assistente Técnico	016
16	José Francisco Ramiro Inácio	Técnico Superior	024
17	Leandro Costa Marques	Técnico Superior	023
18	Liliana Maria Lobato Amaral	Técnico Superior	046
19	Miriam Martins da Silva Cardoso	Técnico Superior	019
20	Paula Cristina Silva Dias Almeida de Castro Pereira	Assistente Técnico	001
21	Paulo de Carvalho Simões	Chefe de Divisão	056
22	Pedro Miguel Torres Salvado	Assistente Técnico	008
23	Ricardo Jorge Henriques Acciaiuoli de Freitas	Técnico Superior	011
24	Rui Pedro Santos Silva	Técnico Superior	039
25	Susana Lourenço Franco	Técnico Superior	015
26	Tatiana Filipa Pacheco Gaspar	Técnico Superior	058
27	Vânia Cristina Lage Padrão	Técnico Superior	034
28	Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Técnico Superior	054

## X – CONTABILIDADE DE GESTÃO

97. No âmbito da Contabilidade de Gestão, prosseguiu-se em 2022 com a metodologia de apuramento de custos de atividade por recurso a centros de responsabilidade (vulgo centros de custo), nestes termos foram utilizados centros para aglutinarem os custos diretos com a atividade e outros para os custos indiretos, estes por sua vez estão classificados por custos incorporáveis na atividade formativa e por custos não incorporáveis, sendo esta distinção realizada em conformidade com as regras de elegibilidade dos custos no âmbito da formação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu. Quanto à imputação dos custos indiretos à atividade formativa, a mesma foi concretizada pela aplicação de coeficientes calculados a partir do volume da formação do ano.

98. Refira-se que, dada a natureza do seu público-alvo do CPJ, população jovem e adulta à guarda da DGRSP, não foram gerados quaisquer rendimentos provenientes da sua atividade formativa ou de qualquer outra.

99. O quadro seguinte apresenta os indicadores de gestão apurados em 2022:

Quadro 31 – Indicadores de Gestão

CUSTOS DO EXERCÍCIO DE 2022						
Desagregação de Custos por atividade						
Atividades	Diretos (1)	Indiretos			Total de Custos Incorporáveis (1)+(2)	Total
		Incorporáveis (2)	Não Incorporáveis (3)	Total Indiretos (2)+(3)		
Formação profissional						
Cursos EFA	1 495 665,36 €	936 535,16 €	262 193,78 €	1 198 728,94 €	2 432 200,52 €	2 694 394,30 €
Cursos FMC	278 771,68 €	210 694,21 €	58 986,27 €	269 680,48 €	489 465,89 €	548 452,16 €
sub-total	1 774 437,04 €	1 147 229,37 €	321 180,05 €	1 468 409,42 €	2 921 666,41 €	3 242 846,46 €
Centro Qualifica do CPJ	280 326,70 €	- €	- €	- €	280 326,70 €	280 326,70 €
Obras de requalificação externas	4 387,39 €	- €	- €	- €	4 387,39 €	4 387,39 €
Obras de requalificação internas	25 518,83 €	- €	- €	- €	25 518,83 €	25 518,83 €
<b>Total</b>	<b>2 084 669,96 €</b>	<b>1 147 229,37 €</b>	<b>321 180,05 €</b>	<b>1 468 409,42 €</b>	<b>3 231 899,33 €</b>	<b>3 553 079,38 €</b>

Indicadores de análise do custo da atividade Formativa

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	20 484,05 €	10 638,93 €	22 604,92 €	12 013,34 €
	Cursos FMC	4 036,21 €	7 723,03 €	4 575,45 €	8 424,49 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 687,12 €	1 623,61 €	1 861,80 €	1 833,36 €
	Cursos FMC	308,19 €	1 135,74 €	349,37 €	1 240,37 €
Custo hora formação	Cursos EFA	44,99 €	21,91 €	49,65 €	24,74 €
	Cursos FMC	55,91 €	37,94 €	63,38 €	41,43 €
Custo hora formando	Cursos EFA	5,63 €	4,63 €	6,21 €	5,23 €
	Cursos FMC	5,37 €	6,74 €	6,09 €	7,36 €

Nota: Os indicadores deste quadro foram calculados com base nos indicadores de execução física de 2022 expressos no Quadro 9

## XI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

**100.** O Conselho de Administração do CPJ propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2022, apurado nas demonstrações financeiras segundo o SNC-AP, no valor de 68.736,98€ (sessenta e oito mil, setecentos e trinta e seis euros e noventa e oito cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de maio de 2023

**A Diretora do CPJ**  
**Em regime de suplência**  
**da Direção do CPJ**  
(Artigo 42.º do CPA)

(Ana Elisa Santos)  
O chefe da DGF  
(Jorge Rosado)

Lisboa, 11 de maio de 2023

**O Conselho de Administração**

